

# Portos podem ir à Justiça



Navio atracado no Porto de Capuaba, um dos terminais que devem ser impactados com as novas regras impostas pelo governo federal

## Arrendatários ameaçam chuva de processos com veto à renovação automática

/// RITA BRIDI  
rbridi@redgazeta.com.br

A Medida Provisória 595, a MP dos Portos, idealizada pelo governo federal para modernizar e aumentar a competitividade do setor, está gerando muitos questionamentos por parte dos arrendatários de áreas portuárias.

A decisão da presidente Dilma Rousseff de não permitir a renovação das licenças antigas e antecipar a prorrogação dos contratos em vigor vai resultar em montanhas de ações judiciais.

Um dos casos que retratam a situação de 74 contratos de arrendamentos no

país é o da Hiperexport, área de armazenamento de cargas que fica em Capuaba, Vila Velha. O primeiro contrato de arrendamento, de oito anos, foi assinado em 1989 e foi renovado por mais 10. Houve nova prorrogação, e o prazo de 28 anos termina em 2014.

Esse é o entendimento da empresa, que é diferente do governo federal. O superintendente da Hiperexport, Suedson Freire, conta que na lei portuária de 1993, ficou estabelecido que os contratos assinados antes dessa data poderiam ser renovados de 10 em 10 anos, o que foi feito com área da Hiperexport e também de outras portuárias no país.

A empresa, explica Freire, trabalha com a expectativa de que o governo fede-

ral venha a flexibilizar as regras da nova lei para permitir que os prazos dos contratos vigentes sejam respeitados. “Se isso não acontecer, teremos que buscar a chancela do Judiciário”, avisa. A empresa fez investimentos superiores a R\$ 20 milhões e se comprometeu a aplicar mais R\$ 17 milhões na renovação do contrato.

### DESIGUALDADE

No geral, a MP é considerada positiva, mas vai gerar impasse na questão dos arrendamentos. Freire avalia que se não forem respeitados os prazos dos contratos em vigor será criada uma situação de desigualdade em comparação com os novos terminais – os privativos –, que serão construídos com ba-

se nas regras da MP.

A área arrendada pela Hiperexport mede 74 mil metros quadrados e é o quarto maior terminal de armazenagem do país. No local são depositadas cargas que chegam para embarque nos berços do Porto de Vitória, que operam na área de Capuaba e também as importadas desembarcadas nesses terminais.

Outras áreas arrendadas antes de 1993 estão em situação idêntica à da Hiperexport. São arrendamentos como os da Rhodes, da Polimodal e também da Technip/Flexibras, na Ilha do Príncipe, em Vitória. A área da Technip, onde são produzidos e embarcados tubos flexíveis usados na extração de petróleo, está arrendada desde 1986.

No Porto de Vitória há

dois terminais que foram licitados em 1998: o Terminal Vila Velha (TVV), em Capuaba, e o Terminal de Peiú, em Paul. O arrendamento dos terminais foi feito por 25 anos com renovação por igual período. O primeiro prazo dessa modalidade de “aluguel” termina em 2023.

A partir dessa data, de acordo com o contrato, os arrendatários poderiam renovar o contrato por mais 25 anos, que for do interesse deles. Freire, que é também vice-presidente de Peiú, argumenta que a arrendatária será prejudicada se não puder renovar o contrato. O quadro de insegurança jurídica, enfatiza Freire, vai gerar um ambiente desfavorável para os investimentos programados pelos arrendatários.

## O QUE FOI VETADO

### ▼ Pós-93

Renovação automática dos contratos assinados após 1993. Razão do veto: O texto tirava do governo o poder de avaliar a conveniência e a oportunidade de cada prorrogação.

### ▼ Até 93

Renovação obrigatória por até 17 anos dos contratos assinados até 1993. Razão do veto: A proposta daria vantagens aos atuais arrendatários, ferindo “o princípio da isonomia”.

### ▼ Terminal indústria

Criação do terminal indústria, que dispensaria de concorrência de portos que movimentam apenas cargas de determinado grupo. Razão do veto: o conceito de terminal indústria é empecilho e criaria brecha para questionamento jurídico.

### ▼ Participação

Limite para participação de empresas de navegação marítima de até 5% em licitações. Razão do veto: empresas não são reguladas no país.

## Vetos são desleais, diz Força

BRASÍLIA

/// A Força Sindical definiu como “clara demonstração de falta de bom-senso” com a sociedade brasileira e ato “extremamente desleal” com os trabalhadores os vetos que a presidente Dilma Rousseff fez à Medida Provisória 595. “A MP, que já era ruim, ficou muito pior com os vetos”, diz nota assinada pelo presidente da entidade, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

O documento ressalta que os portuários “irão reforçar a luta” para derrubar os vetos de Dilma no Congresso.

Alguns dos pontos rejeitados referem-se a temas negociados entre governo e trabalhadores portuários, como a intermediação dos Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmos) na contratação de trabalhadores para embarcações de navegação interior e a obrigação de que a vigilância e a segurança do porto organizado fossem feitas pela guarda portuária.

## Investimento mais alto em bases do pré-sal

BRASÍLIA

/// O diretor-geral substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Pedro Brito, disse ontem que projetos de novos terminais portuários offshore para o atendimento do pré-sal são os maiores, em termos financeiros, entre os 123 pedidos de autorizações que chegaram à agência nos últimos meses,

depois que foi editada a MP dos Portos, convertida na Lei 12.815/2013 na última quarta-feira.

Da previsão de R\$ 25 bilhões em novos investimentos nesses terminais apresentada pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), R\$ 23,5 bilhões referem-se a 63 terminais portuários, enquanto que os demais investimentos se-

rão feitos em estações de transbordo (onde as cargas não costumam ter seu destino final ou sua partida), que passarão a ser usadas também para navegação de cabotagem.

Desses projetos de novos terminais, existem 15 com orçamento acima de R\$ 1 bilhão, dos quais muitos atenderão aos blocos produtores de óleo e gás a partir

do pré-sal. Doze pedidos de novos terminais são destinados ao litoral fluminense e entre seus empreendedores estão Petrobras, Queiroz Galvão e OSX.

Até junho a Antaq abrirá essas 123 propostas para a manifestação de interessados em concorrer com os autores dos pedidos pela instalação. Se não houver concorrentes inte-

ressados, as primeiras licenças poderão sair já em agosto, dependendo dos documentos apresentados pelos interessados.

Um decreto que o governo deverá publicar em cerca de 15 dias vai trazer os princípios pelos quais a agência levará em conta os valores de tarifas e a capacidade de transporte de carga para determinar os vencedores dos arrendamentos que serão levados a leilão a partir de novembro.